

Ação judicial quer evitar intermediários

Procuradores entram na Justiça para que verbas sejam entregues diretamente ao Estado

As irregularidades encontradas pelos auditores na gestão e utilização de recursos públicos pelas fundações paulistas levou a Procuradoria-Geral da República a decidir pelo ajuizamento da ação civil na 15ª Vara da Justiça Federal em São Paulo. Os procuradores

Consuelo Yatsuda Yoshida, Januário Paludo e Walter Rothenburg querem, com a ação, conseguir que os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam repassados diretamente para o Estado, eliminando a intermediação das fundações.

"As irregularidades demonstram o estrago que provocam na área da saúde, a dispensa da celebração de convênio, a difusão do entendimento de que os recursos do SUS constituem receita própria dos prestadores de

serviços e a falta de fiscalização e controle federais", advertem os três. A ação causou uma batalha judicial entre a procuradoria e a Secretaria da Saúde.

Segundo os procuradores, a secretaria "deixou de apontar que providências vem adotando quanto a eventuais regularizações e punições". A secretaria entende ser desnecessária realizar o convênio. Para o governo do Estado, o convênio poderá provocar "paralisação total do sistema de saúde". (F.M.)